

**HETEROCOSMICA: A LITERATURA COMPARADA ENTRE MUNDOS
(IM)POSSÍVEIS**

Lucas de Jesus Santos (Unicamp)

RESUMO: A atual crise climática planetária ou do chamado aquecimento global produziu consequências de ordem epistemológica e, no limite, ontológica. A separação entre a humanidade e o mundo, a massa de objetos e espaços subsumidos na categoria de Natureza, entra radicalmente em crise, pois a linha que estabilizava tal divisão é turvada. Surgem figuras paradoxais que agem simultaneamente nas duas esferas, Cultura e Natureza, terminando por desestabilizar, em última instância, as próprias noções de mundo e humanidade. O presente trabalho pretende dar corpo ao problema e oferecer uma discussão das relações entre a Literatura Comparada (LC) e esse cenário de crise onto-epistemológica. Pretende-se fazê-lo pela realização de uma genealogia da LC, retomando textos fundadores e apresentando os alicerces que ajudaram a estruturar a disciplina, finalmente encaminhando o debate para uma aproximação entre a LC e a chamada Literatura Mundial (LM), através dos trabalhos de Armando Gnisci, "A Literatura Mundial como futuro da Literatura Comparada", e de Emily Apter, "Against World Literature". Tendo em vista tais considerações, torna-se imperativa a questão: como pensar a comparação sem um espaço estável e comum? Em suma, onde está a literatura comparada? Encaminhamos este debate, por fim, por levarmos em consideração, do ponto de vista ético, a proposta de Isabelle Stengers de ter uma postura cautelosa e hesitante, de "resistir à tentativa de julgar", produzindo uma forma de "prestar atenção" e de perplexidade que poderiam criar outros modos de pensamento e de lidar com tais questões.

Palavras-chave: Literatura Comparada. Mundos Possíveis. Antropoceno.

A atual crise climática planetária ou do chamado aquecimento global produziu consequências não apenas de ordem tecnocientíficas, com o desenvolvimento, por exemplo, de tecnologias de geoengenharia, mas também, e sobretudo, de ordem epistemológica e, no limite, ontológica. A alcunha de Antropoceno, dada por Paul Crutzen e Eugene Stoermer a um novo período geológico cujo principal agente seria a

espécie humana, lança um profundo choque nas estruturas onto-epistemológicas que guiaram boa parte do pensamento ocidental. A divisão elementar entre natureza e cultura, a separação entre a ordem histórico-cultural humana e a ordem perene-natural do mundo entra radicalmente em crise, pois a linha que estabilizava tal divisão é turvada: objetos naturais passam a atuar nos espaços humanos; estes, por sua vez, produzem e manipulam objetos naturais. Da mesma forma, surgem figuras paradoxais que agem simultaneamente nas duas esferas, cultura e natureza, terminando por desestabilizar, em última instância, as próprias noções de mundo e humanidade.

A irrupção da Terra nos assuntos humanos, a "intrusão de Gaia", como se refere Isabelle Stengers (2015, p. 35), deu contornos evidentes a um processo subterrâneo ao projeto da Modernidade¹. Tudo se passara como se a revolução científica copernicana, ou o realismo político de Maquiavel, ou a circunscrição da esfera civil humana de Giambattista Vico – para citar apenas algumas instâncias da face moderna – tivessem alcançado a descrição exata das proporções e dinâmicas do mundo e mapeado as possibilidades de organização humana de espaço e tempo de modo preciso. A modernidade pode assim ser compreendida como o tempo do surgimento das esferas dos humanos – das instituições civis criadas historicamente pela ação humana – e dos não-humanos – das bestas, coisas e objetos – simultaneamente à supressão de toda instância de transcendência (LATOURET, 2013 [1991]). Essa é a arquitetônica do que Bruno Latour chamou de modernidade oficial: um plano onde há lugar estável para acomodação de todos os seres, seja do ponto de vista material – minerais, vegetais, animais – ou imaterial, estes relegados doravante ao reino virtual da ficção, do mito. A questão é que, por debaixo dos panos, a modernidade produziu quantidades incontáveis de híbridos, seres que transitam pelas duas esferas. A esta faceta Latour chamou de modernidade oficiosa. A modernidade oficial trabalhava pela purificação das zonas ontológicas de pertencimento dos seres, enquanto a modernidade oficiosa não cessava de produzir os híbridos, que permitiam a continuidade da forma de vida moderna. O mundo moderno é estruturado precisamente pela equivocidade produzida por essa

¹ É bastante questionável a afirmação da existência de "o projeto da modernidade". Seja no estudo pioneiro de Arjun Appadurai (2004 [1986]), *Dimensões Culturais da Globalização*, ou, no âmbito brasileiro, o *Modernidades Alternativas na América Latina*, de Souza e Marques (2009), a pretensão de universalidade do espírito moderno têm sido questionada, ao passo que se demonstra como sua recepção promoveu, ao contrário, a produção de localizações, a circunscrição do pretensão universal e, em última instância, sua provincialização (CHAKRABARTY, 2000). O que intento com a expressão "projeto da modernidade" é delimitar um corpo filosófico, cultural, político, econômico e estético de ações e representações oriundo de alguns países do continente europeu, com o objetivo de se tornar o modo de vida hegemônico global, e que se pautou em distinções dicotômicas para se organizar ontologicamente.

arquitetônica, entre o trabalho oficial de purificação e o trabalho oficioso de mediação e tradução interzonas.

E, no entanto, como disse há pouco, esse processo apenas foi posto às claras pelo hiperacontecimento que constituem as mudanças climáticas dentro do quadro estruturante da modernidade. O que está em voga, portanto, é a crise profunda das formas de compreensão/tradução e existência/presença dos modernos, que afetam o registro ontológico da humanidade em seu fundamento: aquele de força motriz da história e dominador da natureza. É precisamente por esse aspecto, pela crise do mundo e do humano, que ao estudo da literatura, e sobretudo aos estudos comparados, acrescenta-se mais uma dobra problemática: a crise de um paradigma humanista/mundanista significa a crise contígua da literatura, uma vez tomada como a forma privilegiada de autocompreensão e expressão do espírito humano.

Um cenário de crise não é novidade para as discussões sobre literatura, e mais especificamente para os estudos comparados. O célebre texto de René Wellek (2011 [1959]), *A Crise da Literatura Comparada*, surge, não por acaso em 1959, no período de guerra fria, em que os sentidos da divisão nacional eram tragados pela possibilidade de uma catástrofe atômica global, e a disputa polarizada entre socialismo e capitalismo via um de seus acontecimentos mais importantes na Revolução Cubana. Nesse contexto, Wellek questiona os parâmetros que até então tinham guiado os estudos comparados: a relações de dependência e influência entre escritores, tal como concebidas por Paul Van Tieghem e Marius-François Guyard; problemas na demarcação do objeto de estudo e de metodologia; uma dependência exacerbada da noção de nacionalismo, cuja consequência direta era uma acentuação do patriotismo de hostilidade internacional generalizada. Wellek propõe, então, uma reorientação do campo, que compreendia um abandono das fronteiras entre literatura "comparada" e literatura "geral", propondo o estudo da literatura *tout court* sem restrições linguístico-nacionais, e, conseqüentemente, uma abertura das possibilidades de trabalho de comparação, no sentido de "invadir territórios" (WELLEK, 2011, p. 127) que antes eram interditados à circulação do comparatista, como a filosofia ou a história. Essa proposta, porém, colocava, para Wellek, um outro problema: o perigo da perda do objeto, da diluição da obra literária, e coloca, então, "problema da 'literariedade', a questão central da estética, a natureza da arte e da literatura" (WELLEK, 2011, p. 130).

Desadjetivar a área de estudos, expandir o campo de trabalho, advogar uma maior mobilidade para o comparatista apontam para uma compreensão global do estudo

da literatura, interessada não apenas em suas manifestações particulares, mas como parte de "toda a história da humanidade" (WELLEK, 2011, p. 130). O que foi colocado claramente em questão, em síntese, foi o isolacionismo intelectual provocado pela ideia de nação, que limitava as perspectivas dos comparatistas não só em relação ao objeto de estudo, mas sobretudo em relação ao próprio entendimento do que era lidar com literatura. Nesse sentido, a proposta do crítico austríaco se coaduna com o espírito humanista emergente do período pós-guerra da segunda metade do século XX, quando o racismo e a xenofobia haviam fundamentado a catástrofe do nazi-facismo (HUNT, 2007, p. 202). A categoria da "humanidade" aparece então como uma possibilidade de reação à discriminação estruturante do nacionalismo novecentista, um índice de aliança entre as diversas etnias, nacionalidades e povos em prol da criação de um espaço de assento comum para seu futuro conjunto².

Se tivermos esse cenário em mente, pode-se entrever o motivo do impasse, que desponta do texto de Wellek, entre a aspiração do estudo irrestrito da literatura e um método que previna a subsunção do objeto dentro dessa quadro amplificado de trabalho. Da exigência abstrata de alcance global dos estudos literários exige-se a continuidade de uma epistemologia localista: a literatura tem de ser um objeto límpido, evidente e reconhecível. É por esse motivo que a conclusão de Wellek *tem* que apontar para outra síntese localista, como resultado desse processo. Wellek argumenta, no final do seu texto, que, se buscada uma visão holista da literatura – a expansão do sentido, mas a restrição do objeto –, "o homem de qualquer lugar e de qualquer tempo, em toda a sua variedade, vai emergir e os estudos literários [...] tornar-se-ão um [...] preservador e criador dos valores mais elevados da humanidade" (WELLEK, 2011, p. 131). À unidade epistemológica segue-se a unidade ontológica: ao buscar a natureza do objeto literário, demanda-se seu sujeito implícito, que seria, nesse caso, a figura abstrata do "homem de qualquer lugar e de qualquer tempo". Por isso, a proposta de Wellek tem um caráter irremediavelmente humanista, mas no sentido abstrato e generalista da figura do "homem" onipresente. Mais que isso, o texto afirma, por fim, que assim regulada, a

² Esse espaço forjado de coexistência internacional se deu, no entanto, através do campo jurídico. Como se sabe, em 10 de dezembro de 1948 nasce a Declaração Universal dos Direitos, com votos favoráveis de 48 países, 8 abstenções do bloco soviético e nenhum voto contra (HUNT, 2007, p. 208). A Declaração não simplesmente afirmava a proteção dos direitos individuais do século XVIII, mas também o direito de casar, da liberdade de ir e vir, do lazer e do descanso, que compreendiam exigências muito mais morais do que um plano efetivamente exequível (HUNT, 2007, p. 206). Assim, juntamente a isso, a categoria "humanidade" permaneceu uma abstração formal, integrando muito mais um conjunto de aspirações do que uma realidade alcançável.

literatura será o índice do progresso humano, o lugar de salvaguarda e criação de seus valores mais elevados.

Essa visada humanista para os estudos (comparados) da literatura é bastante difundida. O texto de Erich Auerbach, publicado em 1952, *Filologia da Literatura Mundial*, que marcou posteriormente a produção teórico-crítica de figuras como Edward W. Said, também defendia a necessidade da ampliação do território dos estudos literários ("nossa pátria filológica é a Terra – a nação já não pode sê-lo" (AUERBACH, 2012 [1952], p. 372), propiciada pela herança histórico-perspectivista do romantismo alemão, com vistas a produzir uma "filologia sintético-científica da literatura *mundial*", convertendo-se em uma "história imanente da humanidade, [...] uma noção unitária do homem em meio a toda sua multiplicidade" (AUERBACH, 2012 [1952], p. 359, grifo meu). Claude Pichois e André Rousseau (2011 [1967]) fazem eco a essa tradição humanista romântico-filológica ao afirmarem um duplo princípio para a conceituação da Literatura Comparada: os pressupostos de que as línguas são manifestações do espírito unitário das nações e de que a literatura é o movimento pelo qual a espírito humano encontra lugar para autoconhecimento, reflexividade e elevação.

Assim, com um humanismo de base, o espaço para os estudos literários não poderia ser outro que o "mundo". Em um cenário de "intercâmbio universal", em que "as criações intelectuais [...] tornam-se patrimônio comum" (MARX; ENGELS, 2007 [1848], p. 43), qualquer iniciativa de comparação só tem alguma razão em perspectiva mundial. O mundo é então retratado como um espaço de relativa liberdade de circulação, constringendo o comparatista somente na multiplicidade linguística de encarnação dos artefatos literários. Se a humanidade é o sentido dos estudos literários comparados, o mundo é o lugar adequado em que se podem dar os encontros e as relações entre os falantes das várias línguas, pertencentes às mais diversas culturas, desde os movimentos contestatórios da hegemonia europeia no mundo letrado. Como chama atenção Antonio Gnisci (2010, p. 32), a literatura mundial deriva de um movimento de descolonização que "nos levará [à] dignidade de falar e ler, para podermos, então sentir e reconhecerno-nos e traduzirmo-nos finalmente na 'Pátria' comum que se chama 'Mundo'". Os mecanismos de conexão que permitem a circulação mundana passam, assim, pelas formas de tradução ou mesmo crioulização, que proporcionariam o que Paul Ricouer (2012, p. 49) chamou de "hospitalidade linguística", modelo para as outras formas de hospitalidade (religiosa, por exemplo),

pois a tradução envolve lidar com o estranho/estrangeiro, de modo que traduzir adquire uma dimensão não apenas intelectual, mas ética.

Mas tudo se passa como se o "mundo" fosse um espaço vazio, homogêneo, sem densidade, cujo modo de existência seria apenas de passividade ou, no máximo, de indiferença. Nesse sentido, para alguns críticos literários, os mundos da literatura são ou uma arena de combate entre literaturas nacionais (CASANOVA, 2002), ou um sistema-mundo literário (MORETTI, 2013) de intercâmbio e reciprocidade, ou ainda as relações imanentes de produção estética, cujo produto constituiria uma fauna exclusiva de objetos, em relação com o "real" apenas através de mecanismos miméticos, representacionais ou imagéticos. Em todas essas concepções, o "mundo" funciona como uma espécie de exterior calmo e estável, como uma planta arquitetônica intacta, na qual se projetam os objetos, extraem-se os dados, comparam-se as formas e modalidades de distribuição dos seres.

A ordem distintiva humanidade/mundo pressupõe, portanto, um determinado comportamento para a esfera dos objetos: estado de inércia e disponibilidade. Mas quando esta ordem do indiferente é perturbada pela "intrusão de Gaia", torna-se problemático, senão mesmo inviável, pensar as relações entre literatura, mundo e humanidade em termos de compreensão, intercâmbio, reconhecimento, enfim, com todas essas metáforas que sugerem ligação, coerência e consonância. Nesse contexto de perturbação das nossas estruturas de inteligibilidade, todas as possíveis saídas carecem de confiabilidade, pois parecem desde sempre implicadas em algum dos alicerces, dos eixos que nos trouxeram até aqui. Por esse motivo, acompanho Isabelle Stengers, quando diz que é preciso ter uma postura cautelosa e hesitante no trato com essas questões. Para Stengers, o cuidado significa justamente "resistir à tentação de julgar", é uma forma de "prestar atenção", de agir a contrapelo do ímpeto moderno de simplificação e abstração reducionista das questões. Se estamos vivendo, como aponta Emily Apter, em tempos de disforia planetária, um momento de "projeções tanotrópicas da morte do planeta" (APTER, 2013, p. 342), não se pode ignorar que juízos ou soluções advindos deste espaço também estejam orientados-para-a-morte.

Se existe alguma postura a cultivar nesse momento, talvez seja a de saber que a "intrusão de Gaia" é um evento permanente, ou cuja duração é tamanha que nos ultrapassa, mesmo enquanto espécie. Como lembra Stengers, não há um *depois* de Gaia; não há um *além* ou qualquer perspectiva de *fora* que possa nos fornecer ferramentas isentas. Gaia, portanto, é um tipo de transcendência com que nunca tivemos contato,

que não sabemos como lidar, ou mesmo a extensão e a potência de sua perturbação. Também os estudos literários comparados não tiveram contato com esse tipo de transcendência. Como tentei abordar sinteticamente acima, as categorias mais gerais para o estudo da literatura, humanidade e mundo, entram em distúrbio nesse contexto. Como pensar a literatura comparada em um cenário de crise da própria ideia de humanidade, *arché* – fundamento e finalidade – da literatura? Como pensar a comparação sem um espaço estável e comum, sem um mundo? Em suma, *onde está a literatura comparada?*

Se levarmos em consideração as ponderações de Stengers e assumirmos que estamos diante de algo impensável, então talvez seja possível iniciar por reaprender a colocar uma questão, por participar, antes de tudo, na própria formulação dos problemas que nos são e nos serão colocados. Poderemos, por exemplo repensar as relações entre literatura, mundo e humanidade fora de uma espécie de "paradigma do espelho". Essas relações eram dadas sob a forma do espelhamento, produzindo um reflexo que, mesmo diferencial, permitia formas de autoconhecimento, identificação e reflexividade. Uma das metáforas mais difundidas para o pensamento é mesmo essa da reflexão: a ação de pensar como aquela de retorno, de dobra sobre um si mesmo, que conseguiria se objetivar, ver as si mesmo através da projeção de uma imagem. Talvez, trate-se hoje, de experimentar a *perplexividade*, uma forma de saber que não projeta um si inteligível a um si mesmo, mas que lida com o que *advém*, sempre de fora para fora. Nesse sentido, pensar as relações entre literatura, mundo e humanidade não como formas circulares de autocomplacência, cujas respostas já estão dadas *a priori* pela existência do si que reflexiona, mas de forma perplexiva, que sempre recupera a nossa capacidade de pensar, de hesitar e lidar com questões que nunca poderiam ter sido dadas por nossa forma finita de existência. A perplexidade, então, seria um modo possível de pensar o espaço de uma *Heterocosmica*, uma liga em que mundos perfuram uns aos outros, e nos provocam a saber que desde já todos os mundos – e, portanto, nenhum deles – são possíveis.

Referências

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis, Minn.: University of Minnesota Press, 1996.

APTER, Emily. **Against World Literature**: on the politics of untranslatability. Londres/Nova York: Verso Books, 2013.

AUERBACH, Eric. Filologia da Literatura Mundial. In: _____. **Ensaio de Literatura Ocidental**. Tradução de Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012. p. 357-373.

CASANOVA, Pasquale. **A República Mundial das Letras**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton, NJ; Oxford: Princeton University Press, 2000.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene F. The “anthropocene”. **IGBP Newsletter**, n. 41, p. 17- 18, maio, 2000.

GNISCI, Armando. A Literatura Mundial como Futuro da Literatura Comparada. **E-escrita**, v.1, n. 2, p. 17-33, 2010.

HUNT, Lynn Avery. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo, SP: Boitempo, 1998.

MORETTI, Franco. **Distant Reading**. Londres/Nova York: Verso Books, 2013.

PICHOIS, Claude; ROUSSEAU, André. Para uma Definição de Literatura Comparada. In: COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tania Franco (Orgs.). **Literatura Comparada**: textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 230-233.

RICOEUR, Paul. **Sobre a Tradução**. Tradução de Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo (Orgs.). **Modernidades alternativas na America Latina**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009.

STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WELLEK, René. A Crise da Literatura Comparada. In: COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tania Franco (Orgs.). **Literatura Comparada**: textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 120-132.